INFORME PUBLICITÁRIO

PÁGINA DA EDUCAÇÃO

INFORMATIVO SEMANAL DA APP-SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ

APP-Sindicato: Av. Iguaçu, 880 - Rebouças - Curitiba - Paraná - CEP 80.230-020 - Fone: (41) 3026-9822 / Fax: (41) 3222-5261 | Site: www.appsindicato.org.br | Facebook: @appsindicato • Presidenta: Walkiria Olegário Mazeto Secretário de Comunicação: Daniel Popilnicki | Secretária Executiva de Comunicação: Cláudia Gruber | Assessor de Comunicação: Dary Jr. | Jornalistas: Fabiane Burmester (DRT 4305-PR), Gelinton Cruz (MTb 8027-PR) e João Paulo Nunes Vieira (DRT 11792-PR). Diagramador: Rodrigo A. Romani (DRT 7756-PR)

Nº 1504
16 de setembro de 2026

Possível uso da máquina pública acende alerta sobre “Escolas do Futuro”

Financiado por parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o programa prevê a construção de sete escolas no Paraná

O governador Ratinho Jr não tem poupado esforços para tentar garantir a eleição do seu sucessor no Governo do Estado. Em pleno período eleitoral, a gestão acelera o processo de inauguração das chamadas “Escolas do Futuro”, com previsão de entrega da primeira unidade, localizada em Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba, ainda em setembro, um mês antes do pleito.

Desenvolvido em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o programa prevê a construção de outras seis unidades nos municípios de Toledo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Ponta Grossa, São José dos Pinhais e Araucária, vendidas com o discurso de inovação pedagógica e promessa de atender 12,4 mil estudantes.

A concentração de lançamentos e entregas de obras públicas às vésperas da eleição exige especial vigilância dos órgãos de controle. A execução regular de políticas públicas não é suspensa durante o período eleitoral, mas a legislação impede que obras, programas, recursos e estruturas do Estado sejam convertidos em instrumentos de promoção política ou utilizados para produzir vantagem eleitoral em favor de determinada candidatura.

Caso a entrega das unidades seja acompanhada de publicidade institucional vedada, promoção de agentes políticos, participação de candidatos em inaugurações ou ações destinadas a associar eleitoralmente as obras ao grupo político do governador, poderão estar caracterizadas as condutas previstas nos arts. 73 e 77 da Lei nº 9.504/1997 e, conforme a gravidade e o conjunto das circunstâncias, abuso de poder político, nos termos do art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990.

A APP-Sindicato acompanha de perto a implementação do programa e defende a urgência de ampliar o debate público sobre seus custos, contratos, responsabilidades e resultados previstos.

Foto: Fundepar

Sob o pretexto de modernização, o governo expande as Parcerias Público-Privadas (PPPs) e transfere a execução de políticas educacionais para empresas que, visando ao lucro, precarizam o trabalho de educadoras e educadores. O Sindicato reforça ainda a falta de transparência nos contratos com o BID, a ausência de critérios objetivos na seleção das cidades contempladas e a marginalização do controle social na definição dos rumos da escola pública.

Além disso, o sindicato alerta que o avanço dessas medidas no Paraná reflete um movimento global de mercantilização do ensino. De acordo com a antropóloga e pesquisadora Gabriela Bonilla, as transformações em curso integram uma estratégia internacional que apresenta o setor privado como uma alternativa falsamente mais eficiente para a administração pública, Segundo ela, esse processo pode abrir espaço para a ampliação da participação de empresas e instituições financeiras na definição de políticas educacionais, além de promover a desqualificação dos profissionais e o avanço da plataformização do ensino.

A investigação do MPT comprovou, em tese, o uso da máquina pública e o possível abuso de poder para coagir a categoria. Os materiais apresentados revelam a criação de grupos de comunicação voltados ao enquadramento de equipes escolares, exigências de cotas de participantes para jantares políticos e metas desproporcionais, como a mobilização obrigatória de 500 pessoas da rede estadual para um único evento partidário.

Trabalhadores(as) da educação analisam propostas de candidatos

Seminário da APP-Sindicato reuniu representantes dos 29 Núcleos Sindicais para debater os planos de governo e os rumos da escola pública

A APP-Sindicato realizou, nesta sexta-feira (1º), um seminário para debater os planos de gestão das(os) candidatas(os) ao governo do Estado, dando continuidade às deliberações da última assembleia estadual, realizada em agosto. No centro das discussões, o Jornal 30 de Agosto, publicado no início de setembro, serviu como material de estudo detalhado sobre as propostas dos três candidatos melhor posicionados na disputa.

“O objetivo deste seminário foi avaliar e debater as propostas educacionais apresentadas pelos candidatos ao governo do Estado, tema que tem sido recorrente em seus discursos e planos de governo. O sindicato analisou os projetos registrados na Justiça Eleitoral pelos três candidatos melhor posicionados nas pesquisas de intenção de voto. Portanto, convocamos nossos dirigentes regionais e a categoria para a apresentação desses estudos, com o intuito de discutir e avaliar as propostas, fomentando o debate junto aos trabalhadores”, explica a presidenta da APP-Sindicato, professora Walkiria Olegário Mazeto.

A publicação foi construída a partir das pautas históricas e da Carta-Compromisso aprovada pela categoria. Distribuído aos 29 Núcleos Sindicais para entrega às(aos) educadoras(es) de todo o Paraná, o jornal destaca a importância de examinar criteriosamente as propostas de cada candidato para garantir a defesa de um ensino público, democrático e de qualidade.

Receba notícias da APP no seu Whatsapp ou Telegram

Faça parte da Rede APP e fique sempre informado(a)! Acesse o QR code ao lado para mais informações: